Notícias do dia 18 de junho

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 15

O POPULAR - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Virtual - GIRO 4

O POPULAR - GO - OPINIÃO
TCE - GO
Erramos 5

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Haroldo Naves destaca permanência do TCM 6

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - POLÍTICA
TCE - GO
TCE aprova contas do Governo Caiado de 2020, sem ressalvas 7

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Aprovadas - FIO DIRETO 9

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Mandado de Segurança - FIO DIRETO 10

JORNAL O HOJE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
TCE aprova contas da gestão de 2020, sem ressalvas 11

DIÁRIO CENTRAL - GO - POLÍTICA
TCE - GO
TCE aprova, sem ressalvas, o balanço contábil de 2020 da gestão de Caiado 12

DIÁRIO CENTRAL - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Pela 1ª vez, Estado cumpre a Regra de Ouro com apenas 54,40% de gastos com pessoal 13

DIÁRIO DE APARECIDA - GO - CAPA
TCE - GO
Gestão fiscal de Caiado é aprovada pelo TCE-GO sem qualquer ressalva 14

DIÁRIO DE APARECIDA - GO - POLÍTICA
TCE - GO
TCE-GO dá aprovação sem ressalvas às contas de 2020 do Governo Caiado 15

GAZETA DO ESTADO IMPRESSO - GO - GERAL
TCE - GO
Contas do governo estadual é aprovada sem ressalvas - TABULEIRO POLÍTICO 17

GAZETA DO ESTADO IMPRESSO - GO - GERAL
TCE - GO
TCE aprova contas do Governo Ronaldo Caiado de 2020, sem ressalvas 18

GOYAZ - GOYAZ
TCE - GO
Manda Brasa - ENTRELINHAS 20

JORNAL CONTEXTO - GO - ECONOMIA
TCE - GO

Contas de 2020 do Governo de Goiás passam sem ressalvas pelo TCE 22

DIÁRIO DA MANHÃ - ONLINE - GO - ÚLTIMAS
TCE - GO
Fio Direto 23

DIÁRIO DA MANHÃ - ONLINE - GO - ÚLTIMAS
TCE - GO
TCE aprova contas do Governo Caiado de 2020, sem ressalvas 24

MEGANÉSIA - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
TCE aprova contas do Governo Ronaldo Caiado de 2020, sem ressalvas 25

SAGRES 730 ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Após aprovação do Balanço Geral 2020, secretária de Economia afirma que Goiás precisa melhorar, mas que já está no caminho
..... 27

DIÁRIO DE APARECIDA ON-LINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
TCE-GO dá aprovação sem ressalvas às contas de 2020 do Governo Caiado 28

PODER GOIÁS - GO - NOTICIAS
TCE - GO
Estamos no rumo certo , diz Schmidt sobre contas aprovadas no TCE 30

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Fábio Cristóvão é empossado desembargador do TJGO 31

PORTAL SERRA DOURADA NEWS - ONLINE - GO - ÚLTIMAS
TCE - GO
Sem ressalvas, TCE aprova contas do governo do ano de 2020 33

Virtual - GIRO

Caio Henrique Salgado

- O **Tribunal de Contas do Estado** realizará, na terça, às 8h30, diálogo público sobre os desafios do transporte coletivo na Região Metropolitana de Goiânia.

Site: https://www.opopular.com.br/digital/18-junho-2021/1o-caderno

Erramos

Diferentemente do publicado ontem na página 5, as contas de 2020 do governador Ronaldo Caiado (DEM) foram aprovadas sem ressalvas pelo **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO). Dois conselheiros pediram ressalvas, mas tiveram os votos vencidos, e o relator Sebastião Tejota apenas acatou recomendações e determinações de outros conselheiros.

Site: https://www.opopular.com.br/digital/18-junho-2021/1o-caderno

Haroldo Naves destaca permanência do TCM

Redação

O presidente da Federação Goiana de Municípios (FGM), Haroldo Naves, destaca a importância do arquivamento da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que versa sobre a extinção do **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás** (TCM). Para o Municipalismo goiano, o tribunal representa muito mais que um órgão fiscalizador, mas um verdadeiro parceiro dos gestores, instruindo e alertando em benefício da saúde financeira das administrações.

O arquivamento representa também o reconhecimento das posições municipalistas, vide as intensas articulações do Presidente Haroldo Naves junto a bancada da Assembléia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**). Na visão da FGM, as justificativas apresentadas, não traduzem a real importância do órgão para os municípios. "O processo de incorporação ao **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) pode ser moroso, atrapalhando as demandas municipalistas, além de distanciar os gestores do pronto atendimento realizado pelo TCM, uma vez que o **TCE** possui demandas próprias'; afirma, Haroldo Naves.

O Presidente do TCM, **conselheiro** loaquim de Castro em diversas oportunidades, contribuiu com as ações promovidas pela FGM, assim como os técnicos do órgão fiscalizador. Com sua vasta experiência na luta municipalista, Haroldo Naves observa como positiva a atuação de colaboração. "Como Prefeito de Campos Verdes, em diversas oportunidades usei o tribunal em favor da minha gestão. Como representante do movimento municipalista devemos prestigiar os parceiros que contribuem com a luta dos municípios'!

Site: http://impresso.dm.com.br/edicao/20210618

TCE aprova contas do Governo Caiado de 2020, sem ressalvas

Helton Lenine

O **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) aprovou, quarta--feira (16), o Balanço Geral do Estado de 2020, segundo ano do governo Ronaldo Caiado. O parecer pela aprovação, do relator **Sebastião Tejota**, foi o voto vencedor, baseado pela área técnica do órgão, e não houve ressalvas. Com ele votaram os conselheiros **Celmar Rech**, **Saulo Mesquita** e **Helder Valin**.

"A aprovação das contas do Governo do Estado, seguindo o voto do **conselheiro Sebastião Tejota**, sem ressalvas, foi importante',' afirma a secretária da Economia do Estado de **Goiás**, Cristiane Schmidt. "O resultado mostra que estamos no rumo certo, que fizemos o dever de casa') destaca. "Estabelecemos diálogo todo o ano com o **TCE** e realizamos uma gestão ética, transparente e eficaz'," pontua.

Os conselheiros Carla Santillo e **Kennedy Trindade** também votaram pela aprovação das contas e apresentaram recomendações ao governo, que serão estudadas pela área técnica da Secretaria da Economia.

Como destaque do relatório, a secretária Cristiane Schmidt mostra o cumprimento dos gastos constitucionais para a saúde e a educação. "Não apenas cumprimos a exigência, nós aplicamos acima do limite" informa.

O Estado aplicou 12,77% na saúde, acima do limite mínimo constitucional de 12%. O mesmo aconteceu na educação (25,24%).

A secretária liderou equipe que foi ao **TCE**, em abril, entregar pessoalmente o Balanço Geral do Estado e os relatórios do Controle Interno da **CGE** do ano passado, ao lado do controlador-geral, Henrique Ziller, e técnicos da Economia. Foram recebidos pelo presidente **Edson Ferrari** e pelo relator, **Sebastião Tejota**.

Integração

O superintendente contábil da Economia e contador-geral do Estado, Ricardo Rezende, destaca que a aprovação das contas de 2020 é resultado de um grande e integrado trabalho entre o Executivo, os demais Poderes e órgãos autônomos que realizaram diversas ações para o aprimoramento da qualidade da informação contábil e cumprimento das determinações e recomendações apresentadas pela Corte de Contas. "Esse trabalho conjunto demonstra uma sólida evolução na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Estado'," afirma Ricardo Rezende.

No que diz respeito à seis determinações e 10 recomendações do **TCE**, a secretária Cristiane Schmidt diz que são "questões pontuais, que serão atendidas em alinhamento ao tribunal e não envolvem apenas o Executivo, mas outros Poderes e órgãos. Segundo avalia, "as questões relativas ao Executivo vamos resolver com presteza para tornar ainda mais transparentes os números do balanço"

A elaboração do Balanço Geral do Estado é uma obrigação legal e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário e de órgãos autônomos como Ministério Público (MP), **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O documento é construído em três eixos de análise: gestão orçamentária, patrimonial e fiscal. Pela segunda vez, o Estado de **Goiás** fez a entrega eletrônica de todos os documentos que compõem a prestação de contas.

A secretária da Economia afirma que outro avanço registrado no balanço se refere aos Restos a Pagar (RAPs), herdados da gestão anterior. Sobre esse tema, ela afirma que "desconsiderando o grupo de despesas com juro e amortização, houve redução de 70% no saldo em relação a 2018, último ano da gestão anterior, e de 45%, comparado a 2019"

Metas cumpridas

O relatório do **TCE** comprova que o Estado, durante o exercício de 2020, cumpriu todas as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em itens relativos à despesa com pessoal, endividamento, operações de créditos e garantias, o que demonstra esforços do governo em sua recuperação fiscal.

O parecer das contas relata que o Estado "mesmo com a calamidade pública declarada, não utilizou os benefícios do artigo 65 da LRF, que suspendia o cumprimento dos limites fiscais',' fato que corrobora o compromisso estadual com sua gestão fiscal,

completa Cristiane Schmidt.

A partir da decisão do **TCE**, o parecer será encaminhado à Assembleia Legislativa, a quem compete julgar as contas do governo em definitivo, como prevê a Constituição Estadual.

Site: http://impresso.dm.com.br/edicao/20210618

Aprovadas - FIO DIRETO

Cloves Reges

Em sessão extraordinária realizada na quarta-feira (16/06), o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** aprovou o parecer prévio pela aprovação sem ressalvas das Contas Anuais do Governador Ronaldo Caiado, exercício de 2020. O relator do processo foi o **conselheiro Sebastião Tejota**. O parecer será enviado à Assembléia Legislativa, a quem compete o julgamento definitivo das contas.

Site: http://impresso.dm.com.br/edicao/20210618

Mandado de Segurança - FIO DIRETO

Cloves Reges

Os ex-governadores de **Goiás** Marconi Perillo e José Eliton, ambos do PSDB, recorreram à justiça contra decisão do **TCE**-GO que aprovou o parecer prévio pela rejeição das suas contas de 2018. Nesta semana, a 3ª Câmara Cível acatou o pedido dos ex-gestores e determinou que o tribunal de contas retome o julgamento do processo para que os tucanos possam apresentar defesa prévia.

Site: http://impresso.dm.com.br/edicao/20210618

TCE aprova contas da gestão de 2020, sem ressalvas

O **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) aprovou, na quarta-feira (16/06), o Balanço Geral do Estado de 2020, segundo ano do governo Ronaldo Caiado. O parecer pela aprovação, do relator **Sebastião Tejota**, foi o voto vencedor, baseado pela área técnica do órgão, e não houve ressalvas. Com ele votaram os conselheiros **Celmar Rech**, **Saulo Mesquita** e **Helder Valin**.

"A aprovação das contas do Governo do Estado, seguindo o voto do **conselheiro Sebastião Tejota**, sem ressalvas, foi importante", afirma a secretária da Economia do Estado de **Goiás**, Cristiane Schmidt. "O resultado mostra que estamos no rumo certo, que fizemos o dever de casa", destaca. "Estabelecemos diálogo todo o ano com o **TCE** e realizamos uma gestão ética, transparente e eficaz", pontua.

O Estado aplicou 12,77% na saúde, acima do limite mínimo constitucional de 12%. O mesmo aconteceu na educação (25,24%).

A secretária da Economia, Cristiane Schmidt, afirma que outro avanço registrado no balanço se refere aos Restos a Pagar (RAPs), herdados da gestão anterior. Sobre esse tema, ela afirma que "desconsiderando o grupo de despesas com juro e amortização, houve redução de 70% no saldo em relação a 2018, último ano da gestão anterior, e de 45%, comparado a 2019".

Site:
https://ohoje.com/public/imagens/fotos/amp/2021/06/5333.pdf

TCE aprova, sem ressalvas, o balanço contábil de 2020 da gestão de Caiado

Em sessão extraordinária realizada nesta quarta-feira (16/06), o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** aprovou o Parecer Prévio pela aprovação sem ressalvas das Contas Anuais do Governador, exercício de 2020. O relator do processo é o **Conselheiro Sebastião Tejota**, que foi acompanhado pelos conselheiros **Saulo Mesquita**, **Helder Valin**, e **Celmar Rech**. Votaram pela aprovação com ressalvas os conselheiros **Kennedy Trindade** e Carla Santillo. O Parecer contém determinações e recomendações ao Governo Estadual, aos Poderes e Órgãos Autônomos e, outra determinação dirigida ao Executivo e demais Poderes relativa à ausência de operação do órgão previdenciário nos pagamentos de passivos aos inativos e pensionistas, reconhecidos por decisão judicial ou administrativa.

O Parecer, que é de natureza técnica, será enviado à Assembleia Legislativa, a quem compete o julgamento definitivo das contas. O primeiro item mencionado é o da Receita Arrecadada, no valor R$ 29.463.900.866,26, que corresponde a 4,65% acima da Receita Orçada, de R$ 29,382.735.000,oo, aí incluídos os R$ 1,8 bilhões de reais destinados ao enfrentamento da pandemia do Covid 19.

Na sequência aparece a Despesa Executada ano passado, de R$ 28.939.396.289,04, para uma Despesa Fixada de R$ 33.046.544.000,00, com Restos a Pagar de R$ 4.853.153.185,00, incluídas as parcelas decorrentes da suspensão da dívida do Estado conseguida como resultado de duas ações propostas junto ao Supremo Tribunal Federal.

Em terceiro lugar estão os auxílios financeiros concedidos pela União em razão da pandemia, que totalizaram R$ 1.833.727.580, repassados em três parcelas, para cultura, assistência social e diretamente ao Fundo Estadual de Saúde.

Os gastos com a publicidade oficial em 2020 representaram menos de dois por cento das demais despesas; maiores que as do ano anterior e inferiores a 2018 e 2017.

Site: http://diariocentral.com.br/website/pdf/1021.pdf

Pela 1ª vez, Estado cumpre a Regra de Ouro com apenas 54,40% de gastos com pessoal

Com 1,42% das despesas de capitais o Estado de **Goiás** cumpriu a chamada Regra de Ouro e os gastos com pessoal, somados todos os Poderes e Órgãos ficou em 54,40%, cumprida a Lei de Responsabilidade Fiscal, enquanto a Dívida Consolidada Líquida ficou em 86,15% da Receita Corrente Líquida, obediente ao limite legal.

O saldo de Precatórios manteve no mesmo patamar do exercício anterior; o Superávit Primário cumpriu a lei o Resultado Nominal foi deficitário em R$ 1, 29 bilhões, contudo cumpriu o que constava da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Já o Déficit Previdenciário apurado foi de R$ 3,57 bilhões, contudo, após aporte financeiro do Estado e de cotas de outros Poderes o ano foi fechado com o Superávit de R$ 629 milhões.

Em razão das já mencionadas ações que suspenderam o pagamento da dívida a insuficiência de caixa ultrapassou os R$ 5, 73 bilhões. A renúncia de receita ficou em 8,69 bilhões, o que equivale a um aumento de 9% do que foi apurado em 2019. Os limites constitucionais de gastos com saúde e educação foram obedecidos e, mesmo diante da situação de calamidade pública os benefícios previstos na LRF em tal hipótese não foram utilizados. O parecer do Ministério Público de Contas foi pela aprovação das contas, com determinações e recomendações.

Dentre as determinações expedidas destaca-se aquela referente ao grande número de pagamentos feitos pelo Estado com indícios de quebra da ordem cronológica e, em meio às recomendações, a que trata de adequações a serem feitas a propósito do excesso de arrecadação e a que fala da necessidade de excluir da base de cálculo da Receita Corrente Líquida as receitas de serviços do Ipasgo, que não pertencem ao Estado. Para conhecer o Parecer Prévio na íntegra, com a totalidade dos valores analisados e a íntegra de todas as determinações acesse: http://www2.**tce**.go.gov.br/ConsultaProcesso/AbraPDF?k.

Site: http://diariocentral.com.br/website/pdf/1021.pdf

Gestão fiscal de Caiado é aprovada pelo TCE-GO sem qualquer ressalva

Ao contrário das contas de 2018, último ano das gestões do PSDB, que foram reprovadas, balanço mostra que todas as obrigações fiscais foram cumpridas e agora segue para a Assembleia Legislativa, onde a maioria do governo garante a aprovação definitiva 4

Site: https://diariodeaparecida.com.br/edicao-impressa-no2733/

TCE-GO dá aprovação sem ressalvas às contas de 2020 do Governo Caiado

Em sessão extraordinária realizada na última quarta-feira, 16, o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) aprovou o Parecer Prévio pela aprovação sem ressalvas das Contas Anuais do governador Ronaldo Caiado, exercício de 2020.

O relator do processo foi o **conselheiro Sebastião Tejota**, que foi acompanhado pelos conselheiros **Saulo Mesquita**, **Helder Valin** e **Celmar Rech**. Votaram pela aprovação com ressalvas os conselheiros **Kennedy Trindade** e Carla Santillo. O Parecer contém determinações e recomendações ao governo estadual, aos poderes e órgãos autônomos, e outra determinação dirigida ao Executivo e demais Poderes relativa à ausência de operação do órgão previdenciário nos pagamentos de passivos aos inativos e pensionistas, reconhecidos por decisão judicial ou administrativa.

O Parecer, que é de natureza técnica, será enviado agora à Assembleia Legislativa, a quem compete o julgamento definitivo das contas.

O primeiro item mencionado é o da Receita Arrecadada, no valor R$ 29.463.900.866,26, que corresponde a 4,65% acima da Receita Orçada, de R$ 29,382.735.000,00, aí incluídos os R$ 1,8 bilhão destinados ao enfrentamento da pandemia da Covid-19.

Na sequência aparece a Despesa Executada ano passado, de R$ 28.939.396.289,04, para uma Despesa Fixada de R$ 33.046.544.000,00, com Restos a Pagar de R$ 4.853.153.185,00, incluídas as parcelas decorrentes da suspensão da dívida do Estado conseguida como resultado de duas ações propostas junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Em terceiro lugar estão os auxílios financeiros concedidos pela União em razão da pandemia, que totalizaram R$ 1.833.727.580, repassados em três parcelas para Cultura, Assistência Social e diretamente ao Fundo Estadual de Saúde.

Com 1,42% das despesas de capitais, o Estado de **Goiás** cumpriu a chamada Regra de Ouro e os gastos com pessoal, somados todos os Poderes e órgãos, ficaram em 54,40%, cumprida a Lei de Responsabilidade Fiscal, enquanto a Dívida Consolidada Líquida ficou em 86,15% da Receita Corrente Líquida, obediente ao limite legal.

O saldo de Precatórios manteve no mesmo patamar do exercício anterior; o Superávit Primário cumpriu a lei e o Resultado Nominal foi deficitário em R$ 1,29 bilhão, contudo, cumpriu o que constava da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Já o Déficit Previdenciário apurado foi de R$ 3,57 bilhões, contudo, após aporte financeiro do Estado e de cotas de outros Poderes, o ano foi fechado com o superávit de R$ 629 milhões.

Em razão das já mencionadas ações que suspenderam o pagamento da dívida, a insuficiência de caixa ultrapassou os R$ 5,73 bilhões. A renúncia de receita ficou em 8,69 bilhões, o que equivale a um aumento de 9% do que foi apurado em 2019. Os limites constitucionais de gastos com saúde e educação foram obedecidos e, mesmo diante da situação de calamidade pública, os benefícios previstos na LRF em tal hipótese não foram utilizados. O parecer do Ministério Público de Contas foi pela aprovação das contas, com determinações e recomendações.

Dentre as determinações expedidas destaca- se aquela referente ao grande número de pagamentos feitos pelo Estado com indícios de quebra da ordem cronológica e, em meio às recomendações, a que trata de adequações a serem feitas a propósito do excesso de arrecadação e a que fala da necessidade de excluir da base de cálculo da Receita Corrente Líquida as receitas de serviços do Ipasgo, que não pertencem ao Estado.

Ao contrário das contas de 2018, último ano das gestões do PSDB, que foram reprovadas, o balanço de 2020 do Governo Caiado recebeu o aval do Tribunal de Contas

"Resultado mostra que gestão foi ética, transparente e eficaz"

"A aprovação das contas de 2020 do governo do Estado pelo **Tribunal de Contas do Estado** mostra que estamos no rumo certo, que fizemos o dever de casa", avalia a secretária estadual de Economia, Cristiane Schmidt. "Estabelecemos diálogo todo o ano com o **TCE** e realizamos uma gestão ética, transparente e eficaz", acrescenta ela.

Site: https://diariodeaparecida.com.br/edicao-impressa-no2733/

Segundo Cristiane Schmidt, o Estado vem promovendo mais transparência aos números do balanço e, em conjunto com os demais Poderes, cumprindo as determinações legais com responsabilidade.

Um exemplo é o cumprimento rigoroso das exigências de gastos constitucionais para a Saúde e a Educação. "Não apenas cumprimos a exigência, nós aplicamos acima do limite", informa.

O Estado aplicou 12,77% na saúde, acima do limite mínimo constitucional de 12%.

O mesmo aconteceu na educação (25,24%).

No que diz respeito às seis determinações e dez recomendações do **TCE**, a secretária Cristiane Schmidt diz que são "questões pontuais", que serão atendidas em alinhamento ao tribunal e não envolvem apenas o Executivo, mas outros Poderes e órgãos. Segundo avalia, "as questões relativas ao Executivo serão resolvidas com presteza para tornar ainda mais transparentes os números do balanço".

A secretária da Economia afirma que outro avanço registrado no balanço se refere aos Restos a Pagar (RAPs), herdados da gestão anterior.

Sobre esse tema, ela afirma que, "desconsiderando o grupo de despesas com juro e amortização, houve redução de 70% no saldo em relação a 2018, último ano da gestão anterior, e de 45%, comparado a 2019". O relatório do **TCE** comprova que o Estado, durante o exercício de 2020, cumpriu todas as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em itens relativos à despesa com pessoal, endividamento, operações de crédito e garantias, o que demonstra esforços do governo em sua recuperação fiscal.

O parecer das contas relata que o Estado, "mesmo com a calamidade pública declarada, não utilizou os benefícios do artigo 65 da LRF, que suspendia o cumprimento dos limites fiscais", fato que corrobora o compromisso estadual com sua gestão fiscal, completa Cristiane Schmidt. A partir da decisão do **TCE**, o parecer será encaminhado à Assembleia Legislativa, a quem compete julgar as contas do governo em definitivo, como prevê a Constituição Estadual.

(H.L.)

"Rigor com todos os parâmetros administrativos, fiscais e financeiros foi total e absoluto", diz a secretária Cristiane Schmidt

Contas do governo estadual é aprovada sem ressalvas - TABULEIRO POLÍTICO

Silvio Souls

O **Tribunal de Contas do Estado** (TCE) aprovou, na quarta-feira, 16, o Balanço Geral do Estado de 2020 relativo ao segundo ano do governo Ronaldo Caiado. Segundo o relatório, Estado aplicou 12,77% na saúde, acima do limite mínimo constitucional de 12%. O mesmo aconteceu na educação (25,24%).

O governo destacou que a aprovação das contas de 2020 é resultado integração do trabalho entre o Executivo e demais Poderes. Também as parcerias de órgãos autônomos que realizaram diversas ações para o aprimoramento da qualidade da informação contábil e cumprimento das determinações e recomendações apresentadas pela Corte de Contas.

O relatório do TCE comprova que o Estado, durante o exercício de 2020, cumpriu todas as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em itens relativos à despesa com pessoal, endividamento, operações de créditos e garantias, o que, segundo Caiado, demonstra esforços do governo em sua recuperação fiscal.

A secretária da Economia, Cristiane Schmidt, declarou que o parecer das contas relata que o Estado "mesmo com a calamidade pública declarada, não utilizou os benefícios do artigo 65 da LRF, que suspendia o cumprimento dos limites fiscais''. "Estabelecemos diálogo todo o ano com o TCE e realizamos uma gestão ética, transparente e eficaz", disse.

Site: https://www.gazetadoestado.com.br/wp-content/uploads/sites/5/2021/06/Gazeta-4651.pdf

TCE aprova contas do Governo Ronaldo Caiado de 2020, sem ressalvas

SEE/GO - Titular da Economia, Cristiane Schmidt, explica que o Estado vem promovendo mais transparência aos números do balanço e, em conjunto com os demais Poderes, cumprindo as determinações legais com responsabilidade

O **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) aprovou, na quarta-feira (16/06), o Balanço Geral do Estado de 2020, segundo ano do governo Ronaldo Caiado. O parecer pela aprovação, do relator **Sebastião Tejota**, foi o voto vencedor, baseado pela área técnica do órgão, e não houve ressalvas. Com ele votaram os conselheiros **Celmar Rech**, **Saulo Mesquita** e **Helder Valin**.

"A aprovação das contas do Governo do Estado, seguindo o voto do **conselheiro Sebastião Tejota**, sem ressalvas, foi importante", afirma a secretária da Economia do Estado de **Goiás**, Cristiane Schmidt. "O resultado mostra que estamos no rumo certo, que fizemos o dever de casa", destaca. "Estabelecemos diálogo todo o ano com o **TCE** e realizamos uma gestão ética, transparente e eficaz", pontua.

Os conselheiros Carla Santillo e **Kennedy Trindade** também votaram pela aprovação das contas e apresentaram recomendações ao governo, que serão estudadas pela área técnica da Secretaria da Economia.

Como destaque do relatório, a secretária Cristiane Schmidt mostra o cumprimento dos gastos constitucionais para a saúde e a educação. "Não apenas cumprimos a exigência, nós aplicamos acima do limite", informa.

O Estado aplicou 12,77% na saúde, acima do limite mínimo constitucional de 12%. O mesmo aconteceu na educação (25,24%).

A secretária liderou equipe que foi ao **TCE**, em abril, entregar pessoalmente o Balanço Geral do Estado e os relatórios do Controle Interno da **CGE** do ano passado, ao lado do controlador-geral, Henrique Ziller, e técnicos da Economia. Foram recebidos pelo presidente **Edson Ferrari** e pelo relator, **Sebastião Tejota**.

O superintendente contábil da Economia e contador-geral do Estado, Ricardo Rezende, destaca que a aprovação das contas de 2020 é resultado de um grande e integrado trabalho entre o Executivo, os demais Poderes e órgãos autônomos que realizaram diversas ações para o aprimoramento da qualidade da informação contábil e cumprimento das determinações e recomendações apresentadas pela Corte de Contas.

"Esse trabalho conjunto demonstra uma sólida evolução na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Estado", afirma Ricardo Rezende.

No que diz respeito à seis determinações e 10 recomendações do **TCE**, a secretária Cristiane Schmidt diz que são "questões pontuais, que serão atendidas em alinhamento ao tribunal e não envolvem apenas o Executivo, mas outros Poderes e órgãos. Segundo avalia, "as questões relativas ao Executivo vamos resolver com presteza para tornar ainda mais transparentes os números do balanço".

A elaboração do Balanço Geral do Estado é uma obrigação legal e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário e de órgãos autônomos como Ministério Público (MP), **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O documento é construído em três eixos de análise: gestão orçamentária, patrimonial e fiscal. Pela

segunda vez, o Estado de **Goiás** fez a entrega eletrônica de todos os documentos que compõem a prestação de contas.

A secretária da Economia afirma que outro avanço registrado no balanço se refere aos Restos a Pagar (RAPs), herdados da gestão anterior. Sobre esse tema, ela afirma que "desconsiderando o grupo de despesas com juro e amortização, houve redução de 70% no saldo em relação a 2018, último ano da gestão anterior, e de 45%, comparado a 2019".

O relatório do **TCE** comprova que o Estado, durante o exercício de 2020, cumpriu todas as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em itens relativos à despesa com pessoal, endividamento, operações de créditos e garantias, o que demonstra esforços do governo em sua recuperação fiscal.

O parecer das contas relata que o Estado "mesmo

com a calamidade pública declarada, não utilizou os benefícios do artigo 65 da LRF, que suspendia o cumprimento dos limites fiscais", fato que corrobora o compromisso estadual com sua gestão fiscal, completa Cristiane Schmidt.

A partir da decisão do **TCE**, o parecer será encaminhado à Assembleia Legislativa, a quem compete julgar as contas do governo em definitivo, como prevê a Constituição Estadual.

Site: https://www.gazetadoestado.com.br/wp-content/uploads/sites/5/2021/06/Gazeta-4651.pdf

Manda Brasa - ENTRELINHAS

CEZAR SANTOS

O empenho do ex-prefeito Iris Rezende agora, depois de abrir apoio à reeleição de Ronaldo Caiado (DEM) ao governo em 2022, é para que o MDB forme chapa forte para a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa e faça um senador. O indicativo disso é o entrosamento com o presidente da sigla, Daniel Vilela, a quem também já declarou voto para continuar no comando do partido. A eleição interna no MDB será nesta sexta-feira (18), com chapa única.

2026 É A META Iris demonstra visão de longo alcance, porque, de fato, o MDB está longe de ter a força de antes. O partido hoje conta com apenas 29 prefeitos e quatro deputados estaduais. O senador da sigla nem foi eleito - assumiu como suplente de Caiado.

Para piorar, não tem nenhum deputado federal. Então, Iris quer dar uma "arrumada" na casa para que o velho "manda-brasa" tenha força efetiva na disputa pelo governo em 2026.

NOS TRINQUES As contas de 2020 do governo estadual estão ok!

É o que foi atestado pelo **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO), que na quarta-feira (16) aprovou os números, sem ressalvas. Parecer do relator **Sebastião Tejota** pela aprovação foi voto vencedor na corte e a secretária da Economia, Cristiane Schmidt, comemorou: "Estamos no rumo certo, fizemos o dever de casa. Estabelecemos diálogo todo o ano com o **TCE** e realizamos uma gestão ética, transparente e eficaz".

TRABALHO O resumo da aprovação das contas pelo **TCE** é que o governador Ronaldo Caiado (DEM) e sua equipe vêm trabalhando duro para reorganizar as contas do Estado, no que tem sido bem-sucedido.

A partir da decisão do **TCE**, o parecer será encaminhado à Assembleia Legislativa, a quem compete julgar as contas do governo em definitivo, como prevê a Constituição Estadual.

EM PORANGA O governador Ronaldo Caiado cumpriu ontem agenda em Porangatu, onde anunciou ampliação do projeto que beneficia produtores locais de mandioca. Também inaugurou reforma de colégio estadual e entregou cartões alimentação a alunos.

Como não poderia deixar de ser, o democrata se encontrou com prefeitos da região, dos quais ouviu demandas. É a chamada pauta municipalista que o governador tem enfatizado nos últimos meses.

AQUI, NÃO!

Mais uma rodada de embate entre os governadores Ronaldo Caiado (DEM), de **Goiás**, e Ibaneis Rocha (MDB), do Distrito Federal. O goiano não gostou da crítica do candango, ao dizer que o criminoso Lazaro Barbosa estaria fazendo de bobas as polícias de **Goiás** e do DF. "Que Ibaneis não se atreva a desrespeitar policiais goianos, os melhores do país, novamente.

Não admito", bradou Caiado. O democrata ainda se solidarizou com os policiais do DF e classificou de "grosseria" a fala do outro governador.

TCM Leitor dessa coluna ficou sabendo antes que aconteceria o que aconteceu na quarta-feira (16) na Assembleia Legislativa: arquivamento da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que decretaria a extinção do Tribunal de Contas dos Municípios.

Afinal, levar a matéria a votação no plenário seria prolongar um desgaste político, deixando ainda mais evidente que a PEC foi engendrada única e exclusivamente com o objetivo de forçar o tribunal a abrir vaga para um indicado do Parlamento, o que ocorreu com o pedido de aposentadoria do **conselheiro** Nilo Resende.

AIDAR NA VAGA Com o arquivamento da PEC, após relatório do deputado Talles Barreto (PSDB), que sempre se colocou contra a extinção da corte, não se fala mais nisso e todos serão "felizes para sempre"... até a próxima necessidade de exercer pressão. Para "preservar" a dignidade, o deputado Henrique Arantes (MDB), autor da PEC, não participou da sessão de quarta-feira.

Agora, o também emedebista deputado Humberto Aidar pode comprar o paletó (se é que já não o fez) para tomar posse como **conselheiro** do TCM.

COBIÇA A Prefeitura de Aparecida de **Goiânia**, que tem um belo orçamento, sempre é objeto de cobiça de muitos políticos.

Mal saímos da eleição de 2020, e os pretendentes para o pleito de 2024 já estão ouriçados.

Na lista, por enquanto: André Fortaleza, Vilmar Mariano, Tatá Teixeira, Ozair José, Glaustin da Fokus, Max Menezes, Marlúcio Pereira e Professor Alcides. Devem aparecer mais uns...

CENTENÁRIO No Brasil atual, muito se fala numa terceira via, em vista da polarização estabelecida entre duas péssimas opções colocadas para o eleitorado, quais sejam a esquerda com o condenado por corrupção Lula da Silva (PT) e a direita com o negacionista Jair Bolsonaro (sem partido).

Nesse cenário polarizado, fica difícil surgir um nome alternativo.

A necessidade de uma terceira via como solução para pacificar o clima político não é nova. Aconteceu, por exemplo, há 100 anos, na eleição de 1918.

TERCEIRA VIA Naquela eleição, Nilo Peçanha e Arthur Bernardes faziam parte de um mesmo grupo, mas ambos queriam ser o candidato. Nilo se movimentou para fazer Bernardes desistir, o que abriria caminho para uma terceira via, com Ruy Barbosa, possibilitando a união dos dois grupos que se digladiavam. Não houve acordo. A eleição foi vencida por Rodrigo Alves, com 99% dos votos. Nilo Peçanha teve 0,45% dos sufrágios e Ruy Barbosa 0,27%.

Site: https://www.goyaz.com.br/goyaz18062021.pdf

Contas de 2020 do Governo de Goiás passam sem ressalvas pelo TCE

O **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) aprovou, na última quarta-feira (16/06), o Balanço Geral do Estado de 2020, segundo ano do governo Ronaldo Caiado. O parecer pela aprovação, do relator **Sebastião Tejota**, foi o voto vencedor, baseado pela área técnica do órgão, e não houve ressalvas. Com ele votaram os conselheiros **Celmar Rech**, **Saulo Mesquita** e **Helder Valin**.

"A aprovação das contas do Governo do Estado, seguindo o voto do **conselheiro Sebastião Tejota**, sem ressalvas, foi importante", afirma a secretária da Economia do Estado de **Goiás**, Cristiane Schmidt. "O resultado mostra que estamos no rumo certo, que fizemos o dever de casa", destaca. "Estabelecemos diálogo todo o ano com o **TCE** e realizamos uma gestão ética, transparente e eficaz", pontua.

Os conselheiros Carla Santillo e **Kennedy Trindade** também votaram pela aprovação das contas e apresentaram recomendações ao governo, que serão estudadas pela área técnica da Secretaria da Economia.

Educação e saúde

Como destaque do relatório, a secretária Cristiane Schmidt mostra o cumprimento dos gastos constitucionais para a saúde e a educação. "Não apenas cumprimos a exigência, nós aplicamos acima do limite", informa.

O Estado aplicou 12,77% na saúde, acima do limite mínimo constitucional de 12%. O mesmo aconteceu na educação (25,24%).

A secretária liderou a equipe que foi ao **TCE**, em abril, entregar pessoalmente o Balanço Geral do Estado e os relatórios do Controle Interno da **CGE** do ano passado, ao lado do controlador-geral, Henrique Ziller, e técnicos da Economia. Foram recebidos pelo presidente **Edson Ferrari** e pelo relator, **Sebastião Tejota**.

O superintendente contábil da Economia e contador-geral do Estado, Ricardo Rezende, destaca que a aprovação das contas de 2020 é resultado de um grande e integrado trabalho entre o Executivo, os demais Poderes e órgãos autônomos que realizaram diversas ações para o aprimoramento da qualidade da informação contábil e cumprimento das determinações e recomendações apresentadas pela Corte de Contas.

No que diz respeito à seis determinações e 10 recomendações do **TCE**, a secretária Cristiane Schmidt diz que são "questões pontuais, que serão atendidas em alinhamento ao tribunal e não envolvem apenas o Executivo, mas outros Poderes e órgãos. Segundo avalia, "as questões relativas ao Executivo vamos resolver com presteza para tornar ainda mais transparentes os números do balanço".

Balanço

A elaboração do Balanço Geral do Estado é uma obrigação legal e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário e de órgãos autônomos como Ministério Público (MP), **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O documento é construído em três eixos de análise: gestão orçamentária, patrimonial e fiscal. Pela segunda vez, o Estado de **Goiás** fez a entrega eletrônica de todos os documentos que compõem a prestação de contas.

O relatório do **TCE** comprova que o Estado, durante o exercício de 2020, cumpriu todas as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em itens relativos à despesa com pessoal, endividamento, operações de créditos e garantias, o que demonstra esforços do governo em sua recuperação fiscal.

O parecer das contas relata que o Estado "mesmo com a calamidade pública declarada, não utilizou os benefícios do artigo 65 da LRF, que suspendia o cumprimento dos limites fiscais", fato que corrobora o compromisso estadual com sua gestão fiscal, completa Cristiane Schmidt.

A partir da decisão do **TCE**, o parecer será encaminhado à Assembleia Legislativa, a quem compete julgar as contas do governo em definitivo, como prevê a Constituição Estadual. (Com informações da Secretaria de Estado da Economia)

Site: https://portalcontexto.com/wp-content/uploads/2021/06/PAGINA-1-809-mesclado-compactado.pdf

Fio Direto

Consenso

O prefeito de Goianira, Carlos Alberto Andrade, o Carlão da Fox (DEM), disse ao Jornal Opção que, depois de reunião com o governador Ronaldo Caiado, fechou acordo e formou uma "chapa de coalizão" para disputar a presidência da Associação Goiana de Municípios (AGM).

Consenso II

Formam a nova composição para a eleição da Associação Goiana de Municípios (AGM), além de Carlão da Fox, os prefeitos de Itauçu, Cleiton Melo (DEM); de Abadiânia, Zé Diniz (PP); e Siron Queiroz (Solidariedade), de Turvelândia. A eleição ocorre no próximo dia 29 de junho.

Sem chances

Presidente da **Assembleia Legislativa de Goiás** (**Alego**), o deputado Lissauer Vieira (PSB) diz que não vai liberar as galerias do plenário da Casa enquanto **Goiás** não chegar a pelo menos 70% da sua população vacinada com as duas doses contra a Covid-19. A fala do presidente foi uma reação à reclamação do deputado Humberto Teófilo (PSL), que quer a volta das sessões presenciais.

Híbrida

Quanto às sessões híbridas, onde o deputado escolhe por participar de forma presencial ou virtual, Lissauer Vieira diz que não é uma exclusividade da **Alego** e que essa modalidade ocorre de forma permanente em plenários do judiciário. "É claro que queríamos que todos estivessem aqui, mas o momento hoje não nos oferece essa oportunidade e nós precisamos pensar na vida das pessoas", explica.

Aprovadas

Em sessão extraordinária realizada na quarta-feira (16/06), o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** aprovou o parecer prévio pela aprovação sem ressalvas das Contas Anuais do Governador Ronaldo Caiado, exercício de 2020. O relator do processo foi o **conselheiro Sebastião Tejota**. O parecer será enviado à Assembleia Legislativa, a quem compete o julgamento definitivo das contas.

Mandado de Segurança

Os ex-governadores de **Goiás** Marconi Perillo e José Eliton, ambos do PSDB, recorreram à justiça contra decisão do **TCE**-GO que aprovou o parecer prévio pela rejeição das suas contas de 2018. Nesta semana, a 3ª Câmara Cível acatou o pedido dos ex-gestores e determinou que o tribunal de contas retome o julgamento do processo para que os tucanos possam apresentar defesa prévia.

Procon

O Procon **Goiânia** realizou pesquisa de preços de 29 produtos típicos desta época do ano, como: canjica, milho, pipoca, fubá, paçoca, entre outros. Após a visita em 10 grandes redes de supermercados, em **Goiânia**, o levantamento apontou diferenças de preços que variaram de 17% a 276%. O órgão aconselha que o consumidor pesquise antes de cobrar.

Site: https://www.dm.com.br/cotidiano/2021/06/fio-direto-3/

TCE aprova contas do Governo Caiado de 2020, sem ressalvas

O **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) aprovou, quarta- -feira (16), o Balanço Geral do Estado de 2020, segundo ano do governo Ronaldo Caiado. O parecer pela aprovação, do relator **Sebastião Tejota**, foi o voto vencedor, baseado pela área técnica do órgão, e não houve ressalvas. Com ele votaram os conselheiros **Celmar Rech**, **Saulo Mesquita** e **Helder Valin**.

"A aprovação das contas do Governo do Estado, seguindo o voto do **conselheiro Sebastião Tejota**, sem ressalvas, foi importante", afirma a secretária da Economia do Estado de **Goiás**, Cristiane Schmidt. "O resultado mostra que estamos no rumo certo, que fizemos o dever de casa", destaca. "Estabelecemos diálogo todo o ano com o **TCE** e realizamos uma gestão ética, transparente e efi caz", pontua.

Os conselheiros Carla Santillo e **Kennedy Trindade** também votaram pela aprovação das contas e apresentaram recomendações ao governo, que serão estudadas pela área técnica da Secretaria da Economia. Como destaque do relatório, a secretária Cristiane Schmidt mostra o cumprimento dos gastos constitucionais para a saúde e a educação. "Não apenas cumprimos a exigência, nós aplicamos acima do limite", informa.

O Estado aplicou 12,77% na saúde, acima do limite mínimo constitucional de 12%. O mesmo aconteceu na educação (25,24%).

A secretária liderou equipe que foi ao **TCE**, em abril, entregar pessoalmente o Balanço Geral do Estado e os relatórios do Controle Interno da **CGE** do ano passado, ao lado do controlador-geral, Henrique Ziller, e técnicos da Economia. Foram recebidos pelo presidente **Edson Ferrari** e pelo relator, **Sebastião Tejota**.

Integração

O superintendente contábil da Economia e contador-geral do Estado, Ricardo Rezende, destaca que a aprovação das contas de 2020 é resultado de um grande e integrado trabalho entre o Executivo, os demais Poderes e órgãos autônomos que realizaram diversas ações para o aprimoramento da qualidade da informação contábil e cumprimento das determinações e recomendações apresentadas pela Corte de Contas. "Esse trabalho conjunto demonstra uma sólida evolução na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Estado", afirma Ricardo Rezende.

No que diz respeito à seis determinações e 10 recomendações do **TCE**, a secretária Cristiane Schmidt diz que são "questões pontuais, que serão atendidas em alinhamento ao tribunal e não envolvem apenas o Executivo, mas outros Poderes e órgãos. Segundo avalia, "as questões relativas ao Executivo vamos resolver com presteza para tornar ainda mais transparentes os números do balanço".

A elaboração do Balanço Geral do Estado é uma obrigação legal e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário e de órgãos autônomos como Ministério Público (MP), **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O documento é construído em três eixos de análise: gestão orçamentária, patrimonial e fiscal. Pela segunda vez, o Estado de **Goiás** fez a entrega eletrônica de todos os documentos que compõem a prestação de contas.

A secretária da Economia afirma que outro avanço registrado no balanço se refere aos Restos a Pagar (RAPs), herdados da gestão anterior. Sobre esse tema, ela afirma que "desconsiderando o grupo de despesas com juro e amortização, houve redução de 70% no saldo em relação a 2018, último ano da gestão anterior, e de 45%, comparado a 2019".

Site: https://www.dm.com.br/cotidiano/2021/06/tce-aprova-contas-do-governo-caiado-de-2020-sem-ressalvas/

TCE aprova contas do Governo Ronaldo Caiado de 2020, sem ressalvas

Redação

Titular da Economia, Cristiane Schmidt, explica que o Estado vem promovendo mais transparência aos números do balanço e, em conjunto com os demais Poderes, cumprindo as determinações legais com responsabilidade

O **Tribunal de Contas do Estado** - **TCE** - aprovou, na quarta-feira, 16, o Balanço Geral do Estado de 2020, segundo ano do governo Ronaldo Caiado. O parecer pela aprovação, do relator **Sebastião Tejota**, foi o voto vencedor, baseado pela área técnica do órgão, e não houve ressalvas. Com ele votaram os conselheiros **Celmar Rech**, **Saulo Mesquita** e **Helder Valin**.

"A aprovação das contas do Governo do Estado, seguindo o voto do **conselheiro Sebastião Tejota**, sem ressalvas, foi importante", afirma a secretária da Economia do Estado de **Goiás**, Cristiane Schmidt. "O resultado mostra que estamos no rumo certo, que fizemos o dever de casa", destaca. "Estabelecemos diálogo todo o ano com o **TCE** e realizamos uma gestão ética, transparente e eficaz", pontua.

Os conselheiros Carla Santillo e **Kennedy Trindade** também votaram pela aprovação das contas e apresentaram recomendações ao governo, que serão estudadas pela área técnica da Secretaria da Economia.

Como destaque do relatório, a secretária Cristiane Schmidt mostra o cumprimento dos gastos constitucionais para a saúde e a educação. "Não apenas cumprimos a exigência, nós aplicamos acima do limite", informa.

O Estado aplicou 12,77% na saúde, acima do limite mínimo constitucional de 12%. O mesmo aconteceu na educação (25,24%).

A secretária liderou equipe que foi ao **TCE**, em abril, entregar pessoalmente o Balanço Geral do Estado e os relatórios do Controle Interno da **CGE** do ano passado, ao lado do controlador-geral, Henrique Ziller, e técnicos da Economia. Foram recebidos pelo presidente **Edson Ferrari** e pelo relator, **Sebastião Tejota**.

O superintendente contábil da Economia e contador-geral do Estado, Ricardo Rezende, destaca que a aprovação das contas de 2020 é resultado de um grande e integrado trabalho entre o Executivo, os demais Poderes e órgãos autônomos que realizaram diversas ações para o aprimoramento da qualidade da informação contábil e cumprimento das determinações e recomendações apresentadas pela Corte de Contas.

"Esse trabalho conjunto demonstra uma sólida evolução na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Estado", afirma Ricardo Rezende.

No que diz respeito à seis determinações e 10 recomendações do **TCE**, a secretária Cristiane Schmidt diz que são "questões pontuais, que serão atendidas em alinhamento ao tribunal e não envolvem apenas o Executivo, mas outros Poderes e órgãos. Segundo avalia, "as questões relativas ao Executivo vamos resolver com presteza para tornar ainda mais transparentes os números do balanço".

A elaboração do Balanço Geral do Estado é uma obrigação legal e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário e de órgãos autônomos como Ministério Público, **Tribunal de Contas do Estado** e Tribunal de Contas dos Municípios - TCM. O documento é construído em três eixos de análise: gestão orçamentária, patrimonial e fiscal. Pela segunda vez, o Estado de **Goiás** fez a entrega eletrônica de todos os documentos que compõem a prestação de contas.

A secretária da Economia afirma que outro avanço registrado no balanço se refere aos Restos a Pagar - RAPs, herdados da gestão anterior. Sobre esse tema, ela afirma que "desconsiderando o grupo de despesas com juro e amortização, houve redução de 70% no saldo em relação a 2018, último ano da gestão anterior, e de 45%, comparado a 2019".

O relatório do **TCE** comprova que o Estado, durante o exercício de 2020, cumpriu todas as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - em itens relativos à despesa com pessoal, endividamento, operações de créditos e garantias, o que demonstra esforços do governo em sua recuperação fiscal.

O parecer das contas relata que o Estado "mesmo com a calamidade pública declarada, não utilizou os

benefícios do artigo 65 da LRF, que suspendia o cumprimento dos limites fiscais", fato que corrobora o compromisso estadual com sua gestão fiscal, completa Cristiane Schmidt.

A partir da decisão do **TCE**, o parecer será encaminhado à Assembleia Legislativa, a quem compete julgar as contas do governo em definitivo, como prevê a Constituição Estadual.

Site: http://www.meganesia.com.br/goias/7879-tce-aprova-contas-do-governo-ronaldo-caiado-de-2020-sem-ressalvas

Após aprovação do Balanço Geral 2020, secretária de Economia afirma que Goiás precisa melhorar, mas que já está no caminho

Da Redação

O **Tribunal de Contas do Estado** aprovou o Balanço Geral de 2020, segundo ano do governo Ronaldo Caiado. Em entrevista à Sagres, a secretária de Economia de **Goiás**, Cristiane Schmidt, destacou que a aprovação sem ressalvas foi "muito positiva", mas que **Goiás** ainda precisa melhorar.

"Temos que continuar trabalhando, O **TCE** fez apontamentos de maneira muito apropriada, mas estamos melhorando significativamente. Desde que a gente pegou essa gestão, tem conseguido cumprir com as vinculações de saúde e educação um pouco acima do percentual e no nível do pagamento. Precisamos melhorar, mas estamos no caminho".

Ouça a entrevista completa:

Dentre as dívidas que entraram no balanço como não pagas, R$ 3,7 bilhões são com a união, além de R$ 1,1 de outras despesas. Cristiane explica, porém, que com a entrada no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), o montante devido à União sairá dos restos a pagar e entrará como dívida consolidada.

"Como agora vai ter a renegociação das dívidas pretéritas, para 30 anos pela frente, ela vai ser diluída [.] Então no próximo ano, esse montante enorme [R$ 3,7 bi] vai ser incorporada a dívida consolidada, sai do restos a pagar, que vai ser substancialmente menor".

Leia também: Daniel Vilela garante que reeleição no diretório do MDB não define rumos para 2022

Além da renegociação, a secretária detalhou que o Estado não estaria conseguindo pagar sanear as contas se não houvesse a suspensão da dívida, principalmente, em função das dívidas deixadas pelo último governo. "A gente já pagou muita coisa de restos a pagar de Saúde, por exemplo, que tinha uma bagatela de aproximadamente R$ 800 milhões".

Sobre a entrada do Estado no RRF, Cristiane Schmidt declarou que **Goiás** fez o "dever de casa" e agora aguarda o Ministério da Economia . "Tudo está dentro do prazo, dentro da decisão com Gilmar Mendes".

Site: https://sagresonline.com.br/apos-aprovacao-do-balanco-geral-2020-secretaria-de-economia-afirma-que-goias-ainda-precisa-melhorar-mas-que-esta-no-caminho/

TCE-GO dá aprovação sem ressalvas às contas de 2020 do Governo Caiado

Em sessão extraordinária realizada na última quarta-feira, 16, o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) aprovou o Parecer Prévio pela aprovação sem ressalvas das Contas Anuais do governador Ronaldo Caiado, exercício de 2020.

O relator do processo foi o **conselheiro Sebastião Tejota**, que foi acompanhado pelos conselheiros **Saulo Mesquita**, **Helder Valin** e **Celmar Rech**. Votaram pela aprovação com ressalvas os conselheiros **Kennedy Trindade** e Carla Santillo. O Parecer contém determinações e recomendações ao governo estadual, aos poderes e órgãos autônomos, e outra determinação dirigida ao Executivo e demais Poderes relativa à ausência de operação do órgão previdenciário nos pagamentos de passivos aos inativos e pensionistas, reconhecidos por decisão judicial ou administrativa.

O Parecer, que é de natureza técnica, será enviado agora à Assembleia Legislativa, a quem compete o julgamento definitivo das contas. O primeiro item mencionado é o da Receita Arrecadada, no valor R$ 29.463.900.866,26, que corresponde a 4,65% acima da Receita Orçada, de R$ 29,382.735.000,00, aí incluídos os R$ 1,8 bilhão destinados ao enfrentamento da pandemia da Covid-19.

Na sequência aparece a Despesa Executada ano passado, de R$ 28.939.396.289,04, para uma Despesa Fixada de R$ 33.046.544.000,00, com Restos a Pagar de R$ 4.853.153.185,00, incluídas as parcelas decorrentes da suspensão da dívida do Estado conseguida como resultado de duas ações propostas junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Em terceiro lugar estão os auxílios financeiros concedidos pela União em razão da pandemia, que totalizaram R$ 1.833.727.580, repassados em três parcelas para Cultura, Assistência Social e diretamente ao Fundo Estadual de Saúde.

Com 1,42% das despesas de capitais, o Estado de **Goiás** cumpriu a chamada Regra de Ouro e os gastos com pessoal, somados todos os Poderes e órgãos, ficaram em 54,40%, cumprida a Lei de Responsabilidade Fiscal, enquanto a Dívida Consolidada Líquida ficou em 86,15% da Receita Corrente Líquida, obediente ao limite legal.

O saldo de Precatórios manteve no mesmo patamar do exercício anterior; o Superávit Primário cumpriu a lei e o Resultado Nominal foi deficitário em R$ 1,29 bilhão, contudo, cumpriu o que constava da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Já o Déficit Previdenciário apurado foi de R$ 3,57 bilhões, contudo, após aporte financeiro do Estado e de cotas de outros Poderes, o ano foi fechado com o superávit de R$ 629 milhões.

Em razão das já mencionadas ações que suspenderam o pagamento da dívida, a insuficiência de caixa ultrapassou os R$ 5,73 bilhões. A renúncia de receita ficou em 8,69 bilhões, o que equivale a um aumento de 9% do que foi apurado em 2019. Os limites constitucionais de gastos com saúde e educação foram obedecidos e, mesmo diante da situação de calamidade pública, os benefícios previstos na LRF em tal hipótese não foram utilizados. O parecer do Ministério Público de Contas foi pela aprovação das contas, com determinações e recomendações.

Dentre as determinações expedidas destaca-se aquela referente ao grande número de pagamentos feitos pelo Estado com indícios de quebra da ordem cronológica e, em meio às recomendações, a que trata de adequações a serem feitas a propósito do excesso de arrecadação e a que fala da necessidade de excluir da base de cálculo da Receita Corrente Líquida as receitas de serviços do Ipasgo, que não pertencem ao Estado.

"A aprovação das contas de 2020 do governo do Estado pelo **Tribunal de Contas do Estado** mostra que estamos no rumo certo, que fizemos o dever de casa", avalia a secretária estadual de Economia, Cristiane Schmidt.

"Estabelecemos diálogo todo o ano com o **TCE** e realizamos uma gestão ética, transparente e eficaz", acrescenta ela.

Segundo Cristiane Schmidt, o Estado vem promovendo mais transparência aos números do balanço e, em conjunto com os demais Poderes, cumprindo as determinações legais com responsabilidade. Um exemplo é o cumprimento rigoroso das exigências de gastos constitucionais para a Saúde e a Educação. "Não apenas cumprimos a exigência, nós aplicamos acima do limite", informa. O Estado aplicou 12,77% na saúde, acima do limite

mínimo constitucional de 12%. O mesmo aconteceu na educação (25,24%).

No que diz respeito às seis determinações e dez recomendações do **TCE**, a secretária Cristiane Schmidt diz que são "questões pontuais", que serão atendidas em alinhamento ao tribunal e não envolvem apenas o Executivo, mas outros Poderes e órgãos. Segundo avalia, "as questões relativas ao Executivo serão resolvidas com presteza para tornar ainda mais transparentes os números do balanço".

A secretária da Economia afirma que outro avanço registrado no balanço se refere aos Restos a Pagar (RAPs), herdados da gestão anterior. Sobre esse tema, ela afirma que, "desconsiderando o grupo de despesas com juro e amortização, houve redução de 70% no saldo em relação a 2018, último ano da gestão anterior, e de 45%, comparado a 2019". O relatório do **TCE** comprova que o Estado, durante o exercício de 2020, cumpriu todas as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em itens relativos à despesa com pessoal, endividamento, operações de crédito e garantias, o que demonstra esforços do governo em sua recuperação fiscal.

O parecer das contas relata que o Estado, "mesmo com a calamidade pública declarada, não utilizou os benefícios do artigo 65 da LRF, que suspendia o cumprimento dos limites fiscais", fato que corrobora o compromisso estadual com sua gestão fiscal, completa Cristiane Schmidt. A partir da decisão do **TCE**, o parecer será encaminhado à Assembleia Legislativa, a quem compete julgar as contas do governo em definitivo, como prevê a Constituição Estadual. (H.L.)

Site: https://diariodeaparecida.com.br/tce-go-da-aprovacao-sem-ressalvas-as-contas-de-2020-do-governo-caiado/

Estamos no rumo certo , diz Schmidt sobre contas aprovadas no TCE

O resultado mostra que estamos no rumo certo, que fizemos o dever de casa . A declaração é da secretária de Economia, , que comemorou a aprovação das contas do governo pelo **Tribunal de Contas do Estado** (TCE), na última quarta-feira,17.

O parecer favorável, do relator Sebastião Tejota, foi o voto vencedor, baseado pela área técnica do órgão, e não houve ressalvas. Com ele votaram os conselheiros Celmar Rech, Saulo Mesquita e Helder Valin.

Os conselheiros Carla Santillo e Kennedy Trindade também votaram pela aprovação das contas e apresentaram recomendações ao governo, que serão estudadas pela área técnica da Secretaria da Economia.

Estabelecemos diálogo todo o ano com o TCE e realizamos uma gestão ética, transparente e eficaz , diz Schmidt.

Para ela, a aprovação das contas sem ressalvas foi importante para o governo, que vem promovendo mais transparência aos números do balanço e, em conjunto com os demais Poderes, cumprindo as determinações legais com responsabilidade .

Como destaque do relatório, a secretária Cristiane Schmidt mostra o cumprimento dos gastos constitucionais para a saúde e a educação. Não apenas cumprimos a exigência, nós aplicamos acima do limite , informa. O Estado aplicou 12,77% na saúde, acima do limite mínimo constitucional de 12%. O mesmo aconteceu na educação (25,24%).

A secretária liderou equipe que foi ao TCE, em abril, entregar pessoalmente o Balanço Geral do Estado e os relatórios do Controle Interno da **CGE** do ano passado, ao lado do controlador-geral, Henrique Ziller, e técnicos da Economia. Foram recebidos pelo presidente Edson Ferrari e pelo relator, Sebastião Tejota.

Site:
http://www.podergoias.com.br/materia/5352/estamos-no-rumo-certo-diz-schmidt-sobre-contas-aprovadas-no-tce

Fábio Cristóvão é empossado desembargador do TJGO

Em solenidade realizada no Plenário, nesta sexta-feira (18), Fábio Cristóvão de Campos Faria foi empossado desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJGO). A sessão solene foi presidida pelo chefe do Poder Judiciário estadual, desembargador Carlos Alberto França, e teve presença do governador Ronaldo Caiado, de representantes do Ministério Público Estadual, Procuradoria Geral do Estado, Defensoria Pública, Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da seccional goiana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), sendo que os desembargadores do TJ participaram de forma presencial e por videoconferência.

Ao cumprimentar o novo membro do colegiado, o presidente afirmou que tem "certeza que o TJGO e a sociedade vão ganhar muito com os trabalhos de Fábio Cristóvão, magistrado dedicado e empenhado". O desembargador recém-empossado tem mais de 30 anos de carreira na magistratura e, desde 2011, atuava no segundo grau, como juiz substituto. Em seu pronunciamento, Carlos Alberto França também destacou que o edital para provimento da vaga deixada por Fábio Cristóvão "será aberto imediatamente".

Fábio Cristóvão é filho do desembargador aposentado João Batista de Faria Filho, hoje com 90 anos. Durante discurso emocionado, o novo membro do TJGO agradeceu ao pai e à mãe, Terezinha de Campos Faria, além da esposa, filhos e amigos. "Sou privilegiado e grato, com uma inspiração permanente na minha família".

O trabalho exemplar, o bom humor e o empenho para julgar processos de Fábio Cristóvão, magistrado desde 1995, foram ressaltados pelos demais discursos da cerimônia. Ao saudar o colega em nome da Corte, o desembargador Fernando de Castro Mesquita lembrou momentos descontraídos durante convívio com o empossado, com quem compartilha a mesma turma de ingresso do concurso de juízes, na década de 1990. "(Fábio Cristóvão) é uma pessoa querida por todos, que merece respeito e admiração, por ter desempenhado uma trajetória exemplar".

Procurador-geral de Justiça do Estado de **Goiás**, Aylton Flávio Vechi, e o presidente da seccional goiana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-GO), também foram uníssonos em elogiar o novo desembargador. "Saúdo o pai de Fábio Cristóvão, João Batista, que teve discussões ponderadas, justas, que inspiraram a postura e o tratamento humano, que não transforma processos em produção", falou o represente do órgão ministerial. "Fábio Cristóvão é competente, acessível, técnico, humilde e comprometido - opinião compartilhada pela classe dos advogados", destacou o representante da OAB.

Histórico

O magistrado empossado foi promovido ao cargo pelo critério de merecimento, conforme Edital número 10/2021, na vaga aberta após aposentadoria do desembargador Orloff Neves Rocha, no dia 30 de abril. Fábio Cristóvão de Campos Faria obteve o acesso ao TJ por ter figurado na lista tríplice pela terceira vez e vai atuar na 1ª Câmara Criminal.

Atualmente, com 56 anos de idade, Fábio Cristóvão contabiliza mais de 30 anos dedicados ao Poder Judiciário. Ele ingressou na magistratura goiana em 1990 e, antes disso, atuou por dois anos como promotor de justiça e por quatro anos como serventuário, assim que se formou em Direito, com apenas 20 anos. Como juiz, ele atuou nas comarcas de Paranaiguara, Planaltina de **Goiás**, Anápolis e, por último, em **Goiânia**, onde ficou, por 15 anos, na 9ª Vara Criminal. Em 2011, ascendeu ao cargo de juiz substituto em segundo grau. A magistratura está presente na vida de Fábio Cristóvão desde muito cedo: seu pai, João Batista de Faria Filho, hoje, aos 90 anos de idade, foi juiz desde 1960 e tornou-se desembargador em 1980, tendo se aposentado do TJGO em 2001.

Cerimônia

A solenidade contou, ainda, com homenagem à esposa de Fábio Cristóvão, a arquiteta Márcia Helena de Carvalho Faria, com flores entregues pela procuradora de Justiça Ana Cristina Ribeiro Peternella França, esposa do presidente do TJGO. Ainda como homenagem, o músico e amigo do novo desembargador, o cantor Celso Galvão, cantou e tocou violão a canção O Que É, o Que É?, de Gonzaguinha.

O vice-presidente do TJGO, desembargador Zacarias Neves Coêlho e o corregedor geral, Nicomedes

Domingos Borges, participaram de forma on-line da solenidade e, da cerimônia, na mesa diretiva, a **conselheira** do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ivana Farina Navarrete Pena; o presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), desembargador Leandro Crispim; o diretor do Foro de **Goiânia**, juiz Heber Carlos de Oliveira; a presidente do Conselho Deliberativo da Associação dos Magistrados de **Goiás** (Asmego), juíza Telma Aparecida Alves; o defensor público-geral do Estado de **Goiás**, Domilson Rabelo da Silva Júnior; a procuradora-geral do Estado, Juliana Prudente; a procuradora-geral do município de **Goiânia**, Tatiana Accioly Fayad; o defensor público-geral do Estado de **Goiás**, Domilson Rabelo da Silva Júnior; e o presidente do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**), Edson Ferrari. A solenidade foi transmitida on-line, com participação dos demais desembargadores do TJGO.

Veja fotos

Site:
https://www.tjgo.jus.br/index.php/institucional/centro-de-comunicacao-social/20-destaque/21977-fabio-cristovao-e-empossado-desembargador-do-tjgo

Sem ressalvas, TCE aprova contas do governo do ano de 2020

Titular da Economia, Cristiane Schmidt, explica que o Estado vem promovendo mais transparência aos números do balanço e, em conjunto com os demais Poderes, cumprindo as determinações legais com responsabilidade

O **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) aprovou, na quarta-feira (16/06), o Balanço Geral do Estado de 2020, segundo ano do governo Ronaldo Caiado. O parecer pela aprovação, do relator **Sebastião Tejota**, foi o voto vencedor, baseado pela área técnica do órgão, e não houve ressalvas. Com ele votaram os conselheiros **Celmar Rech**, **Saulo Mesquita** e **Helder Valin**.

A aprovação das contas do Governo do Estado, seguindo o voto do **conselheiro Sebastião Tejota**, sem ressalvas, foi importante , afirma a secretária da Economia do Estado de **Goiás**, Cristiane Schmidt. O resultado mostra que estamos no rumo certo, que fizemos o dever de casa , destaca. Estabelecemos diálogo todo o ano com o **TCE** e realizamos uma gestão ética, transparente e eficaz , pontua.

Os conselheiros Carla Santillo e **Kennedy Trindade** também votaram pela aprovação das contas e apresentaram recomendações ao governo, que serão estudadas pela área técnica da Secretaria da Economia.

Como destaque do relatório, a secretária Cristiane Schmidt mostra o cumprimento dos gastos constitucionais para a saúde e a educação. Não apenas cumprimos a exigência, nós aplicamos acima do limite , informa.

O Estado aplicou 12,77% na saúde, acima do limite mínimo constitucional de 12%. O mesmo aconteceu na educação (25,24%).

A secretária liderou equipe que foi ao **TCE**, em abril, entregar pessoalmente o Balanço Geral do Estado e os relatórios do Controle Interno da **CGE** do ano passado, ao lado do controlador-geral, Henrique Ziller, e técnicos da Economia. Foram recebidos pelo presidente **Edson Ferrari** e pelo relator, **Sebastião Tejota**.

O superintendente contábil da Economia e contador-geral do Estado, Ricardo Rezende, destaca que a aprovação das contas de 2020 é resultado de um grande e integrado trabalho entre o Executivo, os demais Poderes e órgãos autônomos que realizaram diversas ações para o aprimoramento da qualidade da informação contábil e cumprimento das determinações e recomendações apresentadas pela Corte de Contas.

Esse trabalho conjunto demonstra uma sólida evolução na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Estado , afirma Ricardo Rezende.

No que diz respeito à seis determinações e 10 recomendações do **TCE**, a secretária Cristiane Schmidt diz que são questões pontuais, que serão atendidas em alinhamento ao tribunal e não envolvem apenas o Executivo, mas outros Poderes e órgãos. Segundo avalia, as questões relativas ao Executivo vamos resolver com presteza para tornar ainda mais transparentes os números do balanço .

A elaboração do Balanço Geral do Estado é uma obrigação legal e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário e de órgãos autônomos como Ministério Público (MP), **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O documento é construído em três eixos de análise: gestão orçamentária, patrimonial e fiscal. Pela segunda vez, o Estado de **Goiás** fez a entrega eletrônica de todos os documentos que compõem a prestação de contas.

A secretária da Economia afirma que outro avanço registrado no balanço se refere aos Restos a Pagar (RAPs), herdados da gestão anterior. Sobre esse tema, ela afirma que desconsiderando o grupo de despesas com juro e amortização, houve redução de 70% no saldo em relação a 2018, último ano da gestão anterior, e de 45%, comparado a 2019 .

O relatório do **TCE** comprova que o Estado, durante o exercício de 2020, cumpriu todas as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em itens relativos à despesa com pessoal, endividamento, operações de créditos e garantias, o que demonstra esforços do governo em sua recuperação fiscal.

O parecer das contas relata que o Estado mesmo com a calamidade pública declarada, não utilizou os benefícios do artigo 65 da LRF, que suspendia o

cumprimento dos limites fiscais , fato que corrobora o compromisso estadual com sua gestão fiscal, completa Cristiane Schmidt.

A partir da decisão do **TCE**, o parecer será encaminhado à Assembleia Legislativa, a quem compete julgar as contas do governo em definitivo, como prevê a Constituição Estadual.

Site: https://sdnews.com.br/noticia/3300/sem-ressalvas-tce-aprova-contas-do-governo-do-ano-de-2020.html